

A DIPLOMACIA DAS FERAS: A ÁFRICA AO SUL DO SAARA, O IMPÉRIO DE AXUM E OS CAMINHOS PARA UMA ANTIGUIDADE TARDIA MULTIPOLAR

Otávio Luiz Vieira Pinto¹

Resumo

Este ensaio tem por objetivo pensar uma “Antiguidade Tardia Multipolar” a partir de postulados da História Global e dos Sistema-Mundo. Para tanto, selecionou-se um estudo de caso específico – a embaixada de 496 EC vinda provavelmente de Axum até Constantinopla acompanhada de duas girafas e um elefante – como caminho de investigação. A partir dele, argumenta-se que a diplomacia pode ser entendida um elemento de coesão estruturante para um Sistema-Mundo tardo-antigo, e que a linguagem diplomática nos permite pensar políticas de reconhecimento multipolar. Neste sentido, é preciso incluir a África (especialmente em suas porções ao sul do Saara) neste cenário amplo, e uma forma de fazê-lo é a partir da compreensão de que animais específicos, como girafas e elefantes, operam formas simbólicas de linguagem diplomática e, portanto, nos permitem vislumbrar protagonismos africanos em um âmbito mais global.

Palavras-Chave

Antiguidade Tardia; África; diplomacia; Axum.

¹ Professor Doutor – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: rocha.pombo@hotmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

Abstract

The aim of this essay is to argue in favour of a “Multipolar Late Antiquity” based on the postulates of Global History and World-Systems. For this purpose, a specific case study was selected – the 496 CE embassy, probably coming from Axum to Constantinople accompanied by two giraffes and an elephant – as a path of investigation. Based on this case, it is claimed that diplomacy can be understood as an element of structural cohesion for a late-antique World-System, and that diplomatic language allows us to think about politics of multipolar recognition. In this sense, it is necessary to include Africa (especially in its portions South of the Sahara) in this broad scenario, and one way to do so stems from the understanding that specific animals, such as giraffes and elephants, operate symbolic forms of diplomatic language and, therefore, allow us to glimpse African protagonisms in a more global scope.

Keywords

Late Antiquity; Africa; diplomacy; Aksum.

Uma Girafa para o Imperador: as “Embaixadas dos Animais”

Constantinopla teve um verão inusitado em 496 EC. Naquele ano, uma missão diplomática vinda de terras distantes chegou à metrópole romana acompanhada de três animais exóticos: um elefante e duas girafas (Brown, 2018: 96). As bestas eram presentes que seriam entregues ao imperador Anastásio I e, em seguida, levadas ao *vivarium*, o “parque de feras” que, segundo Columela, serviria para jogos de caça controlada ou simplesmente para o deleite aristocrático do contato com a natureza selvagem (Columella, 1954: 420–421).

A chegada dos animais foi tão expressiva que garantiu um lugar na crônica de Conde Marcelino, que escreveu:

India Anastasio principi elephantum, quem Plautus poeta noster lucabum nomine dicit, duasque camelopardalas pro munere misit.

A Índia enviou, como presente ao imperador Anastácio, um elefante – que nosso poeta Plauto chama de Boi da Lucânia [*Lūca bōs*] – e duas girafas (Croke, 1995: 31).

No trajeto da “Índia” para Constantinopla, os diplomatas e suas impressionantes criaturas também causaram assombro. Timóteo de Gaza, por exemplo, recordou que um homem passou por sua cidade acompanhado de um elefante e duas girafas (Haupt, 1869: 15) – e visto que, pouco mais de uma década depois, girafas estavam decorando mosaicos de uma sinagoga daquela mesma Gaza, é possível afirmar que Timóteo não foi o único habitante da região a tomar nota dos animais (Ovadiah, 1969: 195).

Todo esse espanto era compreensível. Mesmo que fossem relativamente familiares aos romanos, elefantes ainda eram criaturas massivas que evocavam a memória de Aníbal, cuja ameaça foi eternizada pelas palavras de Tito Lívio: *inhumana crudelitas, perfidia plus quam Punica*, “crueldade inumana, perfídia mais que púnica” (Livy, 1969: 10–11). Girafas, contudo, eram muitos mais raras. Plínio o Velho nos conta que os romanos as viram pela primeira vez nos jogos circenses que César organizou em comemoração aos seus triunfos militares (Pliny, 1967: 52–53) – informação corroborada por Dião Cássio (Dio, 1956: 252–253). Plínio prossegue afirmando que, a partir daquele momento, girafas foram eventualmente trazidas para Roma: uma delas cativou o público que assistia o triunfo de Augusto em 29 AEC, como também nos lembra Horácio (Horace, 1942: 412–413); Pausânias as viu em Roma, provavelmente por ocasião do triunfo de Lúcio Vero em 165 EC (Pausanias, 1989: 45–46); Herodiano menciona que, em 192 EC, Cômodo realizou jogos com animais do mundo todo, “da

Índia à Etiópia”, e não seria estranho imaginar que girafas estivessem inclusas (Herodianus, 2005: 23–24).

Contudo, Pierre-Louis Gatier nos lembra que, a partir de 248 EC, girafas não são mais avistadas em Roma (ou, pelo menos, não são registradas em nenhum testemunho que tenha chegado até nós). Depois do século IV, Constantinopla passa a ser o novo palco para estes animais, e quando eles surgem, o contexto não é mais de jogos ou triunfo, mas de diplomacia (Gatier, 1996: 918–919). Ou seja, entre os séculos III e IV, bestas exóticas deixam de ser combustível das políticas *panem et circenses*, “Pão e Circo”, e se transformam em uma linguagem viva de acordos políticos, de demonstrações de poder e de argumentos de autoridade. É neste sentido que Eusébio, por exemplo, nota os animais trazidos por embaixadores indianos para Constantino em 336 EC (Eusebius, 1999: 172), ou que Filostórgio menciona que Constâncio II recebeu, do “rei da Índia”, um babuíno empalhado conhecido como *Pan* (Philostorgius, 2007: 48).

Apesar do pragmatismo inerente à diplomacia entre reis e imperadores, o exemplo mais eloquente das “embaixadas dos animais” é uma obra de ficção: as *Etiópicas* de Heliodoro de Emessa, que foi escrita no século IV EC mas cuja narrativa se passa no século IV AEC (Pinheiro, 2014: 76–87). Nesta obra, Heliodoro narra a história de amor entre Teágenes, um grego da Tessália, e Caricleia, a filha do rei Hídaspes e da rainha Persina da Etiópia. Caricleia, filha de pais negros, nasceu com a pele da cor do mármore porque sua mãe admirou uma estátua durante a gravidez. Temendo a ira de Hídaspes por conta da tez inesperada da filha, Persina envia Caricleia para o Egito, e de lá ela segue para Delfos, onde cresce e se torna uma sacerdotisa de Ártemis. O conto de Teágenes e Caricleia se encerra nas terras núbias (ou “etíopes”) de Meroé, quando Hídaspes estava prestes a inadvertidamente sacrificar sua própria filha em comemoração à sua vitória contra os persas no Egito. Felizmente, para Caricleia e Teágenes, tudo termina bem, mas o que realmente nos interessa no desfecho desta novela é notar a grandiosa procissão de nações tributárias que se dirigiram à Meroé para saudar a vitória de Hídaspes: primeiro, os *seres*, os chineses, que traziam tecidos de seda púrpura e branca resplandecente; em seguida, os árabes, que ofereceram plantas aromáticas, cássia, canela e outras especiarias perfumadas; então vieram os *trogloдитas*, africanos do Mar Vermelho, trazendo ouro; após estes, chegaram os blêmios, da Baixa Núbia, com arcos e flechas feitos de osso de serpente; e, por fim, vinha a delegação dos axumitas. Esta era a delegação mais importante, porque não vinha de uma nação tributária, mas de uma terra soberana – e era justamente a delegação axumita que trazia o presente mais impressionante: um animal de natureza assombrosa, mais alto do que um camelo, mas com pelagem

de leopardo e um grande pescoço que se assemelhava ao de um cisne. A multidão, atônita, imediatamente deu um nome para este animal, chamando-o de “camelo-leopardo” (Heliodoro, 1979: 456–459). Era, claro, uma girafa.

As *Etiópicas* de Heliodoro criam um cenário fictício em que o rei “etíope” – isto é, um monarca núbio de Meroé – é o homem que se senta no trono do centro do mundo. Seu poder lhe garante a obediência de chineses, árabes, trogloditas e blêmios, mas também lhe garante o respeito (ou reconhecimento) diplomático de um governante não-súdito: o rei de Axum, cujo título histórico é o de *Nəgusä Nəgäst*, “Rei dos Reis” (Phillipson, 2012: 79). Este respeito é demonstrado por uma girafa, um presente exótico e raro o suficiente para estar à altura da soberania de ambos os líderes. Mas por que uma girafa e não, digamos, um elefante, um hipopótamo ou um rinoceronte? Afinal, estes animais não eram igualmente raros e exóticos?

Neste ensaio, iremos rascunhar uma resposta para essa pergunta – e para fazê-lo, devemos operar uma inversão: não nos interessa, a partir daqui, olhar para onde as embaixadas chegam, mas sim pensar de onde elas saem. Afinal, pelos últimos milhares de anos, o único *habitat* natural da girafa são as savanas e bosques da África ao Sul do Saara, o que, num primeiro momento, nos faria imaginar que missões diplomáticas acompanhadas desse animal deveriam ser africanas. Desta constatação, desdobram-se outras perguntas que podem ser explorados neste texto: 1) qual o papel das sociedades da África ao Sul do Saara nos jogos diplomáticos “globais” da Antiguidade Tardia? E 2) a partir deste questionamento, podemos reenquadrar nossa concepção de Antiguidade Tardia – pensando especialmente a História Diplomática e a História Global?

Diplomacia de Savana: a África ao Sul do Saara na Antiguidade Tardia

Giraffa camelopardalis, a única espécie de girafa reconhecida pela União Internacional para a Conservação da Natureza, se divide em nove subespécie distribuídas pelo centro, pelo leste e pelo sul do continente africano, com uma maior concentração no Quênia, na Tanzânia, no Zimbábue, no Botsuana, na África do Sul, na Namíbia, e no Moçambique (Williams, 2011: 45). Em considerável menor número, girafas também são encontradas no Sudão do Sul, na Etiópia, na Somália, no Uganda e em regiões da bacia do Chade e da bacia do Níger. Apesar da distribuição mais restrita ao leste e ao sul, é possível que girafas fossem endêmicas a todo o Sahel – chegando ao Senegal – até poucos milhares de anos atrás (Hassanin *et al.*, 2007: 266–267). Há, por exemplo, evidências de que girafas habitavam

partes do Norte da África e toda a extensão do Vale do Nilo até a passagem do IV para o III milênio AEC (Zivotofsky; Zivotofsky; Amar, 2002: 204). Apesar disso, tudo indica que mesmo em tempos históricos mais recuados, populações de girafas estavam restritas, grosso modo, às mesmas regiões que estão hoje (contudo, provavelmente em maior número). Isso significa que a presença destes animais no Egito e em regiões próximas, desde a Antiguidade, era fruto de contatos com regiões mais austrais ou orientais: representações de girafas na arte egípcia, por exemplo, não eram necessariamente comuns e parecem estar constantemente acompanhadas de núbios – ou, ao menos, indicar contatos com a Núbia (Kozloff, 1979: 334).

A documentação greco-latina, apesar de pouco precisa, parece indicar também que as girafas vinham do sul/sudeste dos territórios conhecidos da África. Agatárquides de Cnido, talvez o primeiro autor grego a descrever uma girafa, disse que elas eram originárias da “terra dos trogloditas” (Agatharchides, 1989: 120–121), enquanto Plínio apontava para a “Etiópia” (Pliny, 1967: 50–51). Aqui, é importante frisar que nem *Troglodytikē* e nem *Aethiopia* indicam uma região exata, mas tão somente cenários imaginados exóticos ou pontos cardinais mais ou menos definidos – alguns outros autores, inclusive, acreditavam que as girafas vinham da “Índia”, como o próprio Conde Marcelino, que foi apresentado acima (Schneider, 2016: 184–188). Portanto, se formos guiados tão somente pelos relatos greco-latinos e pelas representações artísticas nilóticas, as girafas que figuraram no Mundo Antigo vinham do sul da Núbia – mas se extrapolarmos e levarmos em consideração nosso conhecimento (parcial) da distribuição histórica de girafas, poderíamos supor que elas vinham também do Chade ou até mesmo de Uganda ou do Quênia.

Seja como for, o *habitat* das girafas da Antiguidade estava distante de centros urbanos e, em grande medida, embrenhado em territórios não mapeados pela documentação disponível. Contudo, mesmo que se tratassem de animais raros, há evidências de que técnicas de doma eram conhecidas: por exemplo, a tumba tebana TT100, do vizir egípcio Rekhmira (c. 1400 AEC), tem entre seus adornos a imagem de dois núbios guiando uma girafa através de cordas amarradas em suas patas dianteiras – e seu caráter dócil é reiterado com a curiosa adição de um babuíno subindo em seu pescoço (Anthony, 2017: 20–23).



Figura 01: núbios com uma girafa e um macaco. Reprodução da pintura da tumba tebana TT100, do vizir egípcio Rekhmira. A imagem encontra-se em domínio público. Disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/544613>.

De forma semelhante, uma pintura parietal no templo de Beit al-Wālī (c. 1250 AEC) traz uma procissão núbia em homenagem à Ramesses II repleta de animais exóticos, incluindo um babuíno semelhante ao da tumba TT100, e uma girafa guiada por uma corda, mas dessa vez amarrada em seu focinho (Mitchell, 2002: 1).



Figura 02: procissão de núbios com animais, incluindo uma girafa e um macaco. Reprodução da pintura no tempo de Beit al-Wālī. Direitos da imagem: Lankaart. Disponível em: <http://www.lankaart.org/article-36313782.html>.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

Não são apenas as artes egípcias que indicam a possibilidade de se controlar uma girafa, mas sua presença em embaixadas, missões, procissões e viagens no intervalo de mil anos que separa o vizir Rekhmira do imperador Anastácio provam que elas eram domadas o suficiente para não oferecessem perigo em situações públicas (aqui, poderíamos fazer uma comparação com processos de captura e doma de elefantes, que acabavam exercendo um papel semelhante ao das girafas). Ora, quem capturava e domava estes animais? Núbios, talvez. Mas se as girafas viessem de territórios mais ao sul ou ao leste (como Uganda ou Quênia), certamente teríamos um processo envolvendo sociedades mediadoras ou pastores e caçadores operando contatos diretos e indiretos. A girafa poderia ser, então, uma forma de pensar conexão de média e longa distância na África ao Sul do Saara?

É evidente que, até aqui, quando extrapolamos nossa documentação escrita ou artística, estamos trabalhando completamente no campo das conjecturas. Ainda assim, me parece pouco provável que contatos mais amplos (e não atestados pelas fontes mais tradicionais) não acontecessem. Afinal, por que Agatárquides ou Plínio teriam conhecimento das trocas locais entre Núbios e, digamos, sociedades nilóticas austrais, como os Luo, que historicamente habitavam – e ainda habitam – regiões do Sudão do Sul, da Etiópia, de Uganda, do Congo, do Quênia e da Tanzânia (Campbell, 2006: 73–85)? Então, com base nestas hipóteses (que, repito, não são atestadas pela documentação usual que temos disponíveis), façamos um breve parêntese epistemológico antes de prosseguirmos para a Antiguidade Tardia: a falta de provas não é uma prova em si. Ao lidar com o passado, os silêncios são tão eloquentes quanto as vozes eternizadas nas paredes, nos papiros e nos manuscritos. Dessa forma, se levarmos em consideração o quanto somos dependentes de textos escritos – e como estes textos escritos são, em sua esmagadora maioria, greco-latinos –, podemos admitir que temos acesso ínfimo à uma minúscula janela para o passado. Isso é especialmente importante quando lidamos com a África pré-Moderna, já que quase todos os movimentos, contatos e organizações sociais, políticas e culturais que escaparam aos olhos gregos e latinos (mas também aos olhos egípcios, núbios ou etíopes) repousam no completo silêncio documental. Contudo, é óbvio que havia, sim, movimentos, contatos e organizações sociais, políticas e culturais para além dos estreitos horizontes do nosso conhecimento histórico. Esta brecha na nossa apreensão histórica não deve, jamais, implicar que não existia dinamismo naqueles espaços que nossas fontes desconheciam. Por isso, por mais exagerados que sejam, argumentos como os de Alice Werner (de que Heródoto se referia a sociedades coissãs quando falava dos *Trōglodytai*) ou de Krzysztof Morta (de que o nome “africano” das girafas registrado por

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

Agatárquides, *nabous*, pode ter também origem coissã) são, em maior ou menor medida, possíveis (Morta, 2014: 82; Werner, 1925: 118): porque simplesmente não conhecemos os meandros da História do interior africano na Antiguidade, e a crença, reforçada por este desconhecimento, de que contatos diretos ou indiretos entre sociedades mais ou menos distantes não ocorreria, repousa em um primitivismo africanista – para usarmos o conceito de Valetin Mudimbe – que beira o racismo e, portanto, não tem espaço em uma historiografia contemporânea crítica (Mudimbe, 2019). Nossa dependência epistemológica em um tipo específico de documentação (escrita) que, por vezes, não faz parte do bojo cultural de certas sociedades, e nossa consequente apreensão de que a falta desta documentação indica falta de desenvolvimento histórico é uma relíquia de uma Filosofia da História eurocêntrica e supremacista, e, portanto, deve ser intensamente questionada – em especial quando o objeto de estudo diz respeito ao continente africano.

Talvez as implicações deste desabafo epistemológico fiquem mais evidentes se fizermos um salto até a Antiguidade Tardia. Lembremos, assim, das girafas de Anastásio I. Quando Conde Marcelino relata a chegada dos animais à Constantinopla, ele nos informa que a embaixada era “indiana” – o que, neste contexto, é um termo dúbio e pode indicar África, Arábia ou partes da Ásia. Ainda que elefantes sejam naturais tanto da África Equatorial quanto do Sul e do Sudeste da Ásia (portanto, faria sentido que uma delegação indiana chegasse com paquidermes asiáticos), vimos que girafas são exclusivamente africanas. Isso nos deixa com três possíveis interpretações: a embaixada, na verdade, era árabe e importou os animais da Ásia e/ou da África; a embaixada era indiana e importou as girafas da África; ou a embaixada era africana e foi acompanhada de um elefante africano. Qualquer uma destas opções implica também na seguinte consideração: qual foi o caminho tomado pela embaixada? Sabemos, a partir de Timóteo de Gaza, que ela passou por Gaza após sair de al-‘Aqaba, conhecida na época como Aila (Haupt, 1869: 15; Whitcomb, 1997: 359). Como al-‘Aqaba é uma importante cidade portuária, há uma grande chance de que a embaixada tenha vindo pelo Mar Vermelho. Apesar disso, Irfan Shahīd argumentou que a missão diplomática vinha do sul da Arábia, mais especificamente de Ḥimyar, e tomou um caminho terrestre – segundo ele, se a missão viesse da África, teria passado por Clysmá, no Golfo de Suez (Shahīd, 1995: 28–29). Dado o alto tráfego de navegações no Mar Vermelho, me parece pouco provável que uma delegação régia acompanhada de animais raros decidisse tomar uma longa e perigosa rota por terra. Já Taco Terpstra trata a embaixada como uma caravana comercial efetivamente indiana, e afirma que ela pode ter apanhado algumas girafas “em um porto da costa africana” (Terpstra, 2019:

180). Este cenário é ainda mais dúbio, em especial porque, após discutir a raridade e a possível dificuldade geográfica para se capturar girafas, podemos imaginar que elas não estariam disponíveis como mercadorias de luxo em cidades portuárias. Contudo, há uma informação adicional ignorada por Terpstra e descartada por Shahīd: o fragmento de papiro *P. Mich. inv. 4290*. Segundo Stanley Burstein, este documento apresenta partes de uma carta enviada por um oficial romano para um colega no final do século V ou início do século VI, e no verso do fragmento há o rascunho de um elefante que, apesar de rudimentar, apresenta características que poderiam identificá-lo como um elefante africano: testa com inclinação, orelhas largas e costas concavas (Bursteins, 1992: 55-57). Ademais, como aponta Burstein, a inclusão de um treinador utilizando um bastão na área da tromba indica que o autor da carta testemunhou presencialmente um elefante treinado (Burstein, 1992: 55). A partir da datação do papiro e do fato de que, como vimos, após o século III animais deste porte não poderiam ser vistos em jogos, mas somente em missões diplomáticas, há grandes chances de que este rascunho represente justamente o elefante que acompanhou as duas girafas na embaixada para Anastásio I.



Figura 03: fragmento do papiro *P. Mich. inv. 4290* com a ilustração de um elefante, um treinador e um busto masculino. Imagem em domínio público. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/a/apis/x-2181/4290V.TIF-2>.

Juntando as informações, temos então duas girafas africanas, um elefante possivelmente africano e um trajeto marítimo através do Mar Vermelho até o Golfo de al-‘Aqaba. Há razões, portanto, para acreditarmos que a *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

delegação vinha da África – provavelmente do Império de Axum, como conjectura Burstein (Burstein, 1992: 56). Na virada do século V para o século VI, Axum era um império de grande autoridade no nordeste africano: além de controlar o importante porto de Adúlis, desde o século IV, sob o governo do *Nəgusä Nəgäst* ‘Ezana, Axum havia estendido seus domínios e influências sobre Meroé, a capital núbica do Reino de Cuxe (Munro-Hay, 1991: 75–85). Portanto, de seu trono axumita, o *Nəgusä Nəgäst* controlava as atuais Eritreia, Etiópia, o norte da Somália e partes do Sudão. Isso significa que tanto o comércio interno do continente africano quanto o comércio externo, feito através do “Mar Eritreu” (o Mar Vermelho e o Oceano Índico), acabavam passando pelo controle de Axum. Esta centralidade é atestada por meio de evidências arqueológicas e numismáticas: por exemplo, Axum foi a única organização política africana a cunhar moedas próprias na Antiguidade Tardia – prática que se estendeu do século III ao século VII (Munro-Hay, 1991: 180). Ademais, relatos externos, como a *Khristianikē Topographía*, Topografia Cristã, do monge egípcio Cosme “Indicopleustes”, dão conta de, com um certo grau de precisão, descrever o nível de influência e hegemonia axumita no nordeste africano. Cosme afirma que, a pedido do *Nəgusä Nəgäst* Kālēb (conhecido como Elesbão), ele fez uma cópia de uma inscrição grega localizada no trono da cidade portuária de Adúlis para que ela fosse enviada para Axum, a capital (Cosmas Indicopleustes, 2010: 57–59). Esta inscrição, hoje referida como *Monumentum Adulitanum II*, provavelmente foi feita no século III e descreve as conquistas militares axumitas no nordeste da Etiópia e no leste da Arábia ao longo da costa do Mar Vermelho (Cosmas Indicopleustes, 2010: 59–66).

A partir da expansão econômica e militar dos séculos III e IV, Axum atinge seu ápice na primeira metade do século VI, durante o governo de Kālēb – justamente o período em que Cosme visita a região. Por volta de 525, o *Nəgusä Nəgäst* encabeça uma bem-sucedida campanha contra o reino de Himyar na região da *Arabia Felix* (atual Iêmem), expandindo assim o poder axumita também para a Ásia. O domínio das duas costas do Mar Vermelho faz deste império africano um ator fundamental no cenário político global da Antiguidade Tardia, de forma que até o Império Romano do Oriente busca estabelecer relações amigáveis – com o intuito, como notam Procópio de Cesareia (Procopius, 1914: 178–179) e João Malalas (Malalas, 1986: 268–269), de ganhar um aliado importante na guerra contra os persas.

Contudo, para nossa história, interessa menos o sucesso militar de Kālēb e mais um desenrolar específico (e curioso) de suas campanhas: o “Ano do Elefante”. Aludido na *sūrah* 105 do Corão (*al-fīl*, “o Elefante”), o *‘ām al-fīl*, “Ano do Elefante”, é o nome dado ao ano de 570/571, quando,

tradicionalmente, se acredita que o Profeta Muḥammad tenha nascido. A designação *‘ām al-fīl* advém de uma suposta tentativa de invasão de Meca por parte de um exército iemenita que vinha acompanhado de elefantes de guerra. O líder desta expedição era Abrehā, um general axumita que havia tomado para si a coroa da *Arabia Felix*: quando Kālēb derrotou o rei Yūsuf Dhū Nuwās de Ḥimyar em 525, ele instalou um governante-fantoches, Sumūyafa ‘Ashwa’, para representar o trono africano. Este arranjo durou pouco, e talvez ainda em 525, Abrehā, que havia liderado as expedições contra Dhū Nuwās, depõe o rei-fantoches com o apoio de soldados axumitas que planejavam não voltar para a África e se assentar na Arábia (Bowersock, 2017: 19-20). Apesar das tentativas militares de Kālēb para desinstalar Abrehā, ambos acabam selando acordos frágeis, mas, para todos os efeitos, o general passa a reinar de forma independente. Contudo, além de ambicioso, Abrehā era também um cristão veemente, e ele parece ter erigido uma grande igreja, chamada de *al-Qalīs*, na cidade iemenita de Ṣan‘ā’, certamente almejando que ela se tornasse um grande centro de peregrinação na Arábia (Ibn al-Kalbi, 1950: 40). Como Meca já exercia o papel de centro religioso da Arábia Central, Abrehā decidiu que ela deveria ser destruída e, de acordo com a tradição árabe e islâmica, marchou contra a cidade acompanhado de um exército de elefantes (Tha‘labī, 2002: 733-744). A campanha foi um fracasso, e Abrehā sequer conseguiu entrar na cidade, tendo morrido logo depois.

Esta narrativa parece ser, em alguma medida, mais alegórica do que factual, visto que há sérios problemas de datação – se Abrehā assumiu o poder por volta de 525, seria pouco provável que ele estivesse liderando uma expedição em 570, de forma que ou o Profeta Muḥammad não nasceu no “Ano do Elefante”, ou o “Ano do Elefante” ocorreu muito antes de 570, alterando consideravelmente a idade do Profeta do Islã (Conrad, 1987: 237-238). De qualquer maneira, alguns elementos da narrativa de Abrehā em Meca são chamativos. Ibn Kathīr, em sua exegese corânica (*tafsīr*), afirma que o general axumita tentou marchar contra Meca com 8 ou 12 paquidermes, liderados por um gigantesco elefante conhecido como Maḥmūd (Al-mubarakpuri, 2000: 580). Ibn Kathīr escreveu no século XIV, mas fontes anteriores parecem concordar com o fato de que Abrehā possuía ao menos um elefante notável por ser muito maior do que os outros (Charles, 2018: 170). Independentemente da historicidade do “Ano do Elefante” ou mesmo da campanha árabe de Abrehā, Michael Charles nos lembra que elefantes, para a tradição árabe do século VII em diante, estavam intimamente ligados ao poderio etíope na África e na Ásia – de fato, elefantes possivelmente eram um símbolo régio dos axumitas (Charles, 2018: 172-186). Assim, faria sentido (tanto simbólico quanto histórico) que Abrehā empregasse um “elefante régio” para liderar sua

comitiva militar: o animal representaria não apenas força, mas também regalidade. Nesta linha de argumentação, Michael Charles afirma que Maḥmūd era um elefante africano da savana (*Loxodonta Africana Africana*), o maior animal terrestre conhecido (Charles, 2018: 166–192).

Estas informações, quando colocadas ao lado do papiro *P. Mich. inv. 4290*, mencionado anteriormente, reforçam a ideia de que a comitiva “indiana” que chegou até Anastásio em 496 era, de fato, uma embaixada axumita, provavelmente enviada por Kālēb ou por seus antecessores, Tezana/Ousas ou Nezana/Nezool (Munro-Hay, 1991: 67–68). Vejamos as razões: a designação “indiana”, usada por Conde Marcelino, segue um padrão greco-latino de se referir de forma geral, tanto às regiões da Etiópia como da Arábia, como Índia – o próprio João Malalas chama Kālēb intercaladamente de *Basileÿs tōn Ayxoymitōn*, “Imperador dos Axumitas” e *Basileÿs tōn Indōn*, “Imperador dos Indianos”, além de mencionar que este governante recebeu uma embaixada romana de Justiniano com muita pompa, sentado sobre uma carruagem-trono levada por quatro elefantes (Malalas, 1831: 457–458); o ano de 496, indicado também por Conde Marcelino, abarca um período de grande força axumita, que vinha ganhando cada vez mais corpo desde o século IV e atinge seu ápice político na primeira metade do século VI – ou seja, os últimos anos do século V foram a antessala das conquistas de Kālēb, o que certamente colocava Axum no plano das diplomacias imperiais; o elefante e as duas girafa que acompanharam a embaixada eram animais africanos (*Giraffa camelopardalis* e, provavelmente, *Loxodonta Africana*) – o que não torna a comitiva automaticamente africana, mas torna muito mais difícil que não a fosse; e, por fim, elefantes eram animais ligados à simbologia monárquica axumita na Antiguidade Tardia, o que daria um grande senso de autoridade à embaixada de 496, ou seja, ela seria não somente uma viagem para prestar tributo ao imperador dos romanos, mas uma efetiva oferta de amizade entre iguais – amizade essa que certamente floresceu nos anos seguintes, durante os governos de Justino I e Justiniano (Bowersock, 2013: 142).

Este argumento pode ser mais firmemente estabelecido se voltarmos, mais uma vez, às girafas. Como vimos anteriormente, estes animais são exclusivamente africanos, o que implica que qualquer embaixada que carregue consigo girafas, precisaria ter travado contato (direto ou indireto) com a África. Não apenas isso, mas a *Giraffa Camelopardalis* habita regiões de savana muito específicas do continente, portanto não seria através de uma rápida incursão em territórios mais conhecidos e acessíveis, como o Norte da África, que estas bestas seriam obtidas. Assim, a sua dificuldade de obtenção, aliada ao assombro causado pelo seu exotismo inerente, fizeram das girafas animais notáveis desde a Antiguidade: registros

artísticos mostram que girafas eram constantes moedas de trocas entre a Núbia e o Egito; elas eram também símbolos do alcance da autoridade de Roma quando usadas em triunfos e jogos antes do século III; e, na Antiguidade Tardia, tornaram-se importantes elementos embaixatoriais. Isto posto, lembremos também da narrativa de Heliodoro de Emessa, que desenha a autoridade de Axum diante do grande rei Hídaspes através, exclusivamente, de uma girafa. Em outras palavras: para esta novela do século IV, o símbolo régio dos axumitas não era o elefante, mas sim a girafa.

Argumento semelhante ao de Heliodoro pode ser espelhado na obra de Cosme “Indicopleustes”, no século VI. Segundo ele, girafas – animais encontrados exclusivamente na Etiópia – eram capturadas e domadas ainda na infância para que fossem levadas ao palácio, onde o *Nəgusä Nəgäst* se deleitaria com a visão destes animais (Cosmas Indicopleustes, 2010: 359). Ou seja, a *Giraffa Camelopardalis* poderia ser um animal palaciano, ligado diretamente ao divertimento do governante (e, por conta da dificuldade na captura e na doma, também um animal exclusivamente régio). Em outras palavras, parece-me que a girafa funcionaria como um “cartão de visitas” axumita: quando domado, o animal habitava os palácios e, por isso, quando presente em embaixadas, representava um símbolo ou um presente saído diretamente das salas reais de Axum. Na Antiguidade Tardia, portanto, seria raro que outro governante na Europa ou na Ásia tivesse acesso a girafas sem o arbítrio do *Nəgusä Nəgäst*. É possível argumentar que é precisamente esta exclusividade que tornava uma embaixada acompanhada de girafas tão importante e, acima de tudo, tão representativa do poder axumita.

Assim, talvez fosse possível dizer que a girafa e o elefante representavam duas formas de linguagem político-diplomática axumita: o elefante demonstrava força e a girafa, regalidade; um estabelecia dominância e o outro, cordialidade. Ambos eram exóticos e de difícil doma, o que os tornava, quando vivos e presentes em contextos políticos, extremamente eloquentes em sua função de causar uma impressão duradoura.

Desta forma, podemos voltar para a embaixada de 496 e oferecer uma releitura: a chegada de uma comitiva com girafas e um elefante não seria apenas mais uma passagem exótica no dia a dia do Império Romano, como se infere a partir da rápida menção de Conde Marcelino. Ela seria, na verdade, parte constituinte de uma rede ampla de contatos político-diplomáticos que vinha se formando ao longo do tempo e que atingiria seu ápice no século VI, quando o conflito bélico entre romanos e persas carregaria consigo axumitas, himyaritas e diversas outras sociedades para o palco de guerra. Em outras palavras: a embaixada dos animais abre a

cortina para um mundo mais amplo, com redes mais extensas, com contatos mais complexos e com protagonismos mais diversos além daquele demonstrado pelas fontes escritas greco-latinas – de fato, nossa dependência deste tipo de documentação parece criar um viés de confirmação que reforça uma ideia simplista de que o Império Romano, durante a Antiguidade Tardia, era o único e efetivo centro do mundo. As girafas e os elefantes oferecem, assim, um caminho investigativo que problematiza nossa abordagem documental e permite ver – neste caso – o papel consistente de um império africano em nossa narrativa histórica.

Mesmo que a evidência desta “diplomacia de savana” africana seja frágil – repousando em pequenas ilações de fontes escritas variadas e na presença de grandes animais africanos ao longo de narrativas históricas – o argumento acima toca na primeira pergunta feita na abertura deste ensaio: qual era papel das sociedades da África ao Sul do Saara nos jogos diplomáticos “globais” da Antiguidade Tardia? Considerando, então, a multipolaridade da Afro-Eurásia em detrimento de uma clássica e tradicional abordagem romanocêntrica, poderíamos dizer que o papel destas sociedades (em nosso caso, especificamente de Axum) era o de completar ligaduras políticas e econômicas na composição de um (ou vários) Sistema-Mundo do qual também fazia parte o Império Romano, o Império Persa, monarquias árabes, reinados indianos, cidades-estados centro-asiáticas e o Império Chinês – que, até a unificação Suí-Táng no final do século VI, era controlado por dinastias rivais em um eixo norte-sul (Skaff, 2012: 31-32). Ou seja, reinos e impérios africanos não eram personagens periféricos em uma realidade unipolar (romana) ou bipolar (romano-persa), mas eram partícipes de uma Antiguidade Tardia multipolar.

Os Seis Soberanos da Terra: por uma Antiguidade Tardia Multipolar

Enquadrar sociedades africanas, como Axum, em uma perspectiva de Antiguidade Tardia mais “global” implica em estabelecer abordagens sustentadas por paradigmas metodológicos firmes. Neste sentido, podemos recorrer à ideia de Sistema-Mundo para pensar diferentes níveis de multipolaridade. Sistema-Mundo, como definido por Immanuel Wallerstein, indica uma entidade supranacional com uma única divisão de trabalho e múltiplas culturas que se dividem entre centro, periferia e semiperiferia (Wallerstein, 1974: 390). Em outras palavras, o sociólogo estadunidense concebe o Sistema-Mundo como uma moldura explicativa para os efeitos do capitalismo no mundo após o século XVI: o capitalismo, enquanto entidade supranacional, forçaria uma divisão de trabalho global

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

(capitalista) que, por sua vez, criaria categorias de centro, periferia e semiperiferia para as culturas (isto é, para as unidades nacionais) participantes deste sistema a partir de sua capacidade de participação no capitalismo. Assim, os pesos e balanças do Sistema-Mundo capitalista seriam, por exemplo, o colonialismo e o imperialismo – garantidores da divisão global do trabalho. Obviamente, o Sistema-Mundo de Wallerstein não pode ser aplicado ao mundo pré-Moderno, mas suas bases explicativas foram adaptadas para esta realidade temporal por autores como Christopher Chase-Dunn, Thomas Hall e Janet Abu-Lughod (Abu-Lughod, 1991; Chase-Dunn; Hall, 1991). Abu-Lughod entende que, para melhor analisar o “Sistema-Mundo Moderno” de Wallerstein, é preciso pensar o embrião de uma economia mundializada antes da hegemonia europeia pós-século XVI – e, para tanto, o século XIII apresentaria um candidato ideal para investigação (Abu-Lughod, 1991: 3–4). A partir desta proposição, Aline Dias da Silveira nota, por exemplo, como o modelo “lughodiano” de Sistema-Mundo pode ser aplicado à uma proposta de “Idade Média Global” (Silveira, 2019: 210–236). Contudo, aqui se mantém um problema: se, para Abu Lughod, o século XIII é o ponto culminante de um Sistema-Mundo pré-Moderno, como pensar a Antiguidade Tardia neste molde epistemológico? Aqui, podemos tomar os argumentos de Chase-Dunn e Hall, que definem um Sistema-Mundo pré-Capitalista como “redes intersociais em que a interação (trocas, guerra, casamentos, etc.) é uma condição importante para a reprodução de estruturas internas de unidades sociais componentes, e importantemente afetam mudanças que ocorrem nessas estruturas locais” (Chase-Dunn; Hall, 1991: 7). Ou seja, as redes de interação da Antiguidade Tardia, na medida em que operam mudanças estruturais nas sociedades partícipes, podem ser entendidas como um Sistema-Mundo.

Isso significa que, para compreender certas alterações internas do Império Romano, seria necessário identificar suas formas de interação com o Império Persa. Por sua vez, para bem apreciar transformações do Império Persa, é preciso analisar as maneiras com que ele interage com os reinos árabes, e assim por diante. Contudo, é fundamental notar que estas interações não se dão em planos isolados ou bilaterais, mas podem ser enquadradas em um *jogo de escalas multipolar*, ou seja, há um número de centros na Antiguidade Tardia que estabelecem essa estrutura Afro-Eurasiática de interações, e os contatos individuais podem ser compreendidos, se necessário, dentro deste jogo expansivo de redes.

Parece-me que o jogo de escalas multipolar do Sistema-Mundo tardo-antigo é a forma mais profícua de pensar este período caso nosso objetivo seja a aproximação com modelos de História Global. A contextualização da

embaixada de 496, feita anteriormente, segue por esta linha. Ela pode ser vista dentro do balanço e da tensão entre diversos centros políticos e culturais, como Roma, Pérsia, Arábia, Subcontinente Indiano e China.

Contudo, para que a ideia de Sistema-Mundo (seja ele moderno, medieval ou tardo-antigo) tenha qualquer utilidade, ela necessita de uma profundidade conceitual que gere *coesão analítica* – isto é, Sistema-Mundo não pode ser apenas um termo genérico para “contatos”, mas estes contatos precisam estar localizados em uma rede que faça sentido interno, que obedeça a “regras” e que inclua, de maneira consistente, todos seus participantes. No caso do Sistema-Mundo de Wallerstein, por exemplo, o capitalismo define as regras de contato, e a divisão do trabalho é o ponto de coesão para entendê-lo como estrutura supranacional (ou seja, como um *sistema*, efetivamente).

Assim, para que seja possível falar de um Sistema-Mundo tardo-antigo, precisamos encontrar um ponto de coesão que permita enquadrar variadas formas de contato sob uma mesma lógica de funcionamento histórico. Na falta de uma economia mundializada, talvez a divisão do trabalho, como no caso moderno, não seja uma opção viável – nem a efervescência comercial, como no caso do século XIII. Para a Antiguidade Tardia, então, um ponto de coesão satisfatório pode ser encontrado na *diplomacia*. A linguagem política e simbólica das embaixadas é um idioma “supranacional” que permite colocar, no mesmo palco de interação, uma série de diferentes unidades sociais e culturais. Isso é especialmente importante para a Antiguidade Tardia (entendida aqui, grosso modo, como o intervalo entre os séculos III e VIII), porque, neste período, temos um “balanço de impérios” que definem, em sua órbita, sociedades clientes. Isso permite que, por exemplo, Roma, Pérsia e Axum possam compartilhar uma mesma *linguagem diplomática* e operar em uma mesma sintonia política de reconhecimento mútuo.

Para melhor ilustrar e dar corpo para este postulado, olhemos uma famosa pintura parietal no palácio omíada de Qusayr ‘Amra, localizado no deserto da Jordânia. Construído pelo califa al-Walīd ibn ‘Abd al-Malik entre 711 e 715 (Fowden, 2018: 21), este castelo traz, em uma de suas paredes, a imagem de seis importantes soberanos do mundo, e quatro deles podem ser parcialmente identificados a partir de inscrições gregas e árabes: KAISAR, o “César” de Roma; RODORIKOS, ou Rodrigo, o rei dos visigodos de Toledo; KOSROËS, ou Cosroes, o famoso xá sassânida da Pérsia; e Najāshī (para qual a única inscrição sobrevivente na pintura é a árabe, e não a grega), um *Nəgusä Nəgäst* axumita do século VII.



Figura 4: Pintura parietal danificada em Quşayr ‘Amra representando os “seis reis”. Domínio Público. Disponível: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sixkings.jpg>.

Estes nomes, contudo, não designavam necessariamente governantes específicos, mas sim títulos, em árabe, para os governantes de cada localidade: *Qayṣar* para o imperador romano, *Lūdhriq* para o rei visigodo, *Kisrā* para o xá persa, e *Najāshī* para o *Nəgusā Nəgäst* axumita (Fowden, 2018: 205). O reconhecimento do papel político destes líderes é interessante, porque confere importância e legitimidade para diferentes centros de poder afro-eurasiáticos. Marco di Branco, inclusive, defende que essa pintura faz alusão à uma passagem importante da vida do Profeta Muḥammad, quando ele envia emissários para os principais “soberanos do mundo”, incluindo os romanos, os persas e os axumitas (Di Branco, 2007: 597–620; Ibn Ishāq, 2004: 652–659). Ou seja, de acordo com estas tradições, o Profeta Muḥammad entendia que o mundo era dividido e ordenado por alguns soberanos específicos, e esta compreensão – que, como evidenciado pela pintura de Quşayr ‘Amra, foi herdada pelos califados posteriores – permitia que ele modulasse sua linguagem diplomática obedecendo (ou, ao menos, reconhecendo) um certo balanço de poder. Esta “ordenação imperial” parece ser um ponto bastante fundamental da Antiguidade Tardia, e é por isso que a análise de um jogo de escalas multipolar pode

tomar, como eixo de coesão, a linguagem diplomática de reconhecimento político.

Desta forma, é importante lembrar que este “mundo dividido” da Antiguidade Tardia não se baseia apenas na ordem bipolar romano-persa, nem se divide somente por linhas religiosas: ele é muito mais amplo e inclui, também, a África. Por certo, fontes escritas (especialmente greco-latinas) podem não trazer este reconhecimento de forma explícita, mas quando levamos em consideração as embaixadas, por exemplo, como uma forma de contato *inserido em um Sistema-Mundo multipolar*, temos uma evidência importante para pensar uma espécie de globalidade tardo-antiga.

Notas de Conclusão: a África e a Antiguidade Tardia

O campo de estudos da política externa e da diplomacia na Antiguidade Tardia é vasto (Zétola, 2010), e o mesmo pode ser dito acerca das pesquisas que lidam com História Global (Santos Júnior; Sochaczewski, 2017; Silva, 2020). É justamente a partir do bom estabelecimento destas searas que este ensaio delimitou seu objetivo geral: mobilizar a erudição destes campos para pensar um Sistema-Mundo tardo-antigo baseado na *linguagem diplomática* como ponto de coesão conceitual de multipolaridade. Este objetivo geral, contudo, manteve-se em segundo plano, subjacente ao ponto que efetivamente deu corpo à essa discussão: as girafas axumitas como um exemplo da possibilidade de se inserir, de forma consistente, a África neste sistema multipolar. A construção ideológica da historiografia dominante (Ocidental) sedimentou abordagens romanocêntricas /eurocêntricas que subalternizaram o protagonismo africano em toda sorte de tempos históricos (Keita, 2005: 1-30). Portanto, buscar formas de privilegiar temas africanos na Antiguidade Tardia não apenas abre espaço para um fortalecimento do campo como também atua de forma a corrigir, ainda que numa dimensão ínfima, o problema supremacista/eurocêntrico dos estudos acadêmicos históricos.

As girafas, os elefantes e as “embaixadas dos animais” atuaram, aqui, como fio condutor para se pensar política, espaço, contatos – ou seja, para se pensar uma *linguagem diplomática multipolar*. Isso nos levou até os domínios de Axum e sua inserção no teatro global da Antiguidade Tardia. Axum, contudo, não é a única sociedade africana (ao sul do Saara) que pode ser estudada: os reinos núbios da Macúria, Nobácia e Alódia; Wàgádù e os Soniquê do Sahel Ocidental; ou mesmo os mercadores somalis e “proto-Swahili” são sociedades, espaços e temas que merecem atenção e destaque. Se pensarmos, portanto, uma Antiguidade Tardia Multipolar, temos que

pensar também a África – isso, é claro, impõe desafios documentais, porque os relatos escritos greco-latinos nem sempre dão conta de nos conceder acesso à essa almejada globalidade. É necessário, então, abrir o escopo de fontes, e é nessa abertura que podemos seguir as trilhas da savana e entender os “animais-diplomatas” como parte de uma linguagem política plenamente inserida no contexto de uma Antiguidade Tardia Multipolar e Global.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

AGATHARCHIDES. *On the Erythraean Sea*. Tradução S. M. Burstein. Londres: Hakluyt Society, 1989.

AL-MUBARAKPURI, S. S.-R. *Tafsir ibn Kathir, Volume 10: Surat at-Tagabun to the End of the Qur'an*. Riyadh: Darussalam Publishers, 2000.

COLUMELLA, L. J. M. *On Agriculture*. Tradução E. S. Forster; E. H. Heffner. Cambridge: Harvard University Press, 1954. v. II.

COSMAS INDICOPLEUSTES. *The Christian Topography of Cosmas, an Egyptian Monk*. Tradução J. W. McCrindle. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CROKE, B. (Trad.). *The Chronicle of Marcellinus*. Sidney: Australian Association for Byzantine Studies, 1995.

DIO, L. C. *Roman History*. Tradução E. Cary. Cambridge: Harvard University Press, 1956. v. IV.

EUSEBIUS. *Life of Constantine*. Tradução A. Cameron; S. G. Hall. Oxford: Clarendon Press, 1999.

HAUPT, M. Excerpta ex Timothei Gazaei Libris de Animalibus. *Hermes*, v. 3, 1869, p. 1-30.

HELIODORO. *Las Etiópicas o Teágenes y Cariclea*. Tradução E. C. Güemes. Madrid: Editorial Gredos, 1979.

HERODIANUS. *Regnum post Marcom*. Leipzig: K. G. Saur, 2005.

HORACE. *Satires, Epistles, Ars Poetica*. Tradução H. R. Fairclough. 6. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

- IBN AL-KALBI, H. *Book of Idols*. Princeton: Princeton University Press, 1950.
- IBN ISHĀQ. *The Life of Muhammad: a Translation of Ishāq's Sīrat Rasūl Allāh*. Tradução A. Guillaume. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LIVY. *Books XXI-XXII*. Tradução B. O. Foster. 5. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1969. v. V.
- MALALAS, I. *Ioannis Malalae Chronographia*. Bonn: E. Weber, 1831.
- MALALAS, J. *The Chronicle of John Malalas*. Tradução E. Jeffreys; M. Jeffreys; R. Scott. Melbourne: Australian Association for Byzantine Studies, 1986.
- PAUSANIAS PERIEGETA. *Pausaniae Graeciae Descriptio*. Leipzig: B. G. Teubner, 1989. v. III.
- PHILOSTORGIUS. *Church History*. Tradução P. R. Amidon. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.
- PLINY. *Natural History*. Tradução H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1967. v. III.
- PROCOPIUS. *History of the Wars*. Tradução H. B. Dewing. Cambridge: Harvard University Press, 1914. v. I.
- THA'LABĪ, A. IBN M. *'Arā'is al-majālis fī qīṣaṣ al-anbiyā, or: Lives of the prophets*. Tradução W. M. Brinner. Leiden: Brill, 2002.

Bibliografia Consultada

- ABU-LUGHOD, J. L. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1991.
- ANTHONY, F. B. *Foreigners in Ancient Egypt: Theban Tomb Paintings from the Early Eighteenth Dynasty*. Londres: Bloomsbury, 2017.
- BOWERSOCK, G. W. *The Crucible of Islam*. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- BOWERSOCK, G. W. *Throne of Adulis: Red Sea Wars on the Eve of Islam*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2013.
- BROWN, P. "Charismatic Goods": Commerce, Diplomacy, and Cultural Contacts along the Silk Road in Late Antiquity. In: DI COSMO, N.; MAAS, M. (orgs.). *Empires and Exchange in Eurasian Late Antiquity: Rome, China, Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196*
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

Iran, and the Steppe, ca. 250-750. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 96-107.

BURSTEIN, S. M. An Elephant for Anastasius – A Note on P. Mich. inv. 4290. *The Ancient History Bulletin*, v. 6, n. 2, 1992, p. 55-57.

CAMPBELL, J. R. Who Are the Luo? Oral Tradition and Disciplinary Practices in Anthropology and History. *Journal of African Cultural Studies*, v. 18, n. 1, 2006, p. 73-87.

CHARLES, M. The Elephants of Aksum: In Search of the Bush Elephant in Late Antiquity. *Journal of Late Antiquity*, v. 11, n. 1, 2018, p. 166-192.

CHASE-DUNN, C.; HALL, T. (Org.). *Core/Periphery Relations in Precapitalist Worlds*. Boulder: Westview Press, 1991.

CONRAD, L. O. Abraha and Muhammad: Some Observations apropos of Chronology and Literary topoi in the Early Arabic Historical Tradition. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, v. 50, n. 2, 1987, p. 225-240.

CONRAD, S.; ECKERT, A.; FREITAG, U. (Org.). *Globalgeschichte: Theorien, Ansätze, Themen*. Frankfurt/New York: Campus Verlag, [S.d.].

DI BRANCO, M. I Sei Principi di Qusayr 'Amrah fra Tardoantico, Ellenismo e Islam. *Rendiconti dell'Accademia Nazionale dei Lincei*, v. 18, n. 4, 2007, p. 597-620.

FOWDEN, G. *Qusayr 'Amra: Art and the Umayyad Elite in Late Antique Syria*. Berkeley: University of California Press, 2018.

GATIER, P.-L. Des Girafes pour l'Empereur. *Topoi*, v. 6, n. 2, 1996, p. 903-941.

HASSANIN, A. *et al.* Mitochondrial DNA Variability in Giraffa Camelopardalis: Consequences for Taxonomy, Phylogeography and Conservation of Giraffes in West and Central Africa. *Comptes Rendus Biologies*, v. 330, n. 3, 2007, p. 265-274.

KEITA, M. Africans and Asians: Historiography and the Long View of Global Interaction. *Journal of World History*, v. 16, n. 1, 2005, p. 1-30.

KOZLOFF, A. P. Guessing the Unseen from the Seen. *The Bulletin of the Cleveland Museum of Art*, v. 66, n. 9, 1979, p. 334-346.

MITCHELL, P. *The Archaeology of Southern Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MORTA, K. Did Agatarchides mention an African Name of the Giraffe? *Živa Antika*, v. 64, 2014, p. 73–92.

MUDIMBE, V. Y. *A Invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2019. (África e os Africanos).

MUNRO-HAY, S. C. *Aksum: An African Civilisation of Late Antiquity*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1991.

OVADIAH, A. Excavations in the Area of the Ancient Synagogue at Gaza (Preliminary Report). *Israel Exploration Journal*, v. 19, n. 4, 1969, p. 193–198.

PHILLIPSON, D. W. *Foundations of an African Civilization: Aksum & the Northern Horn, 1000 Bc- Ad 1300*. Rochester: James Currey, 2012.

PINHEIRO, M. P. F. Heliodorus, the Ethiopian Story. In: CUEVA, E. P.; BYRNE, S. N. *A Companion to the Ancient Novel*. Malden: Wiley Blackwell, 2014. p. 76–94.

SANTOS JÚNIOR, J. J. G.; SOCHACZEWSKI, M. História Global: Um Empreendimento Intelectual em Curso. *Tempo*, v. 23, n. 3, 2017, p. 483–502.

SCHNEIDER, P. The So-called Confusion between India and Ethiopia: The Eastern and Southern Edges of the Inhabited World from the Greco-Roman Perspective. In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M. R.; GEHRKE, H.-J. (Org.). *Brill's Companion to Ancient Geography: the Inhabited World in Greek and Roman Tradition*. Brill's companions in classical studies. Leiden: Brill, 2016. p. 184–202.

SHAHÎD, I. *Byzantium and the Arabs in the Sixth Century*. Washington: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 1995. v. 1.

SILVA, M. C. DA. Uma História Global antes da Globalização? Circulação Espaços Conectados na Idade Média. *Revista de História*, n. 179, 2020, p. 1–19.

SILVEIRA, A. D. História Global da Idade Média: Estudos e Propostas Epistemológicas. *Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, v. 8, n. 2, 2019, p. 210–236.

SKAFF, J. K. *Sui-Tang China and Its Turko-Mongol Neighbors: Culture, Power and Connections, 580-800*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 173-196
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13931

TERPSTRA, T. *Trade in the Ancient Mediterranean: Private Order and Public Institutions*. Princeton: Princeton University Press, 2019.

WALLERSTEIN, I. M. The Rise and Future Demise of the World-Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. *Comparative Studies in Society and History*, v. 16, n. 4, 1974, p. 387-415.

WERNER, A. *The Language-Families of Africa*. Londres: K. Paul, Trench, Trubner & Co., 1925.

WHITCOMB, D. The Town and Name of 'Aqaba: An Inquiry into the Settlement History From An Archaeo-Logical Perspective. *Studies in the history and archaeology of Jordan*, v. VI, 1997, p. 359-363.

WILLIAMS, E. *Giraffe*. London: Reaktion Books, 2011.

ZÉTOLA, B. M. *Política Externa e Relações Diplomáticas na Antiguidade Tardia*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

ZIVOTOFSKY, D.; ZIVOTOFSKY, A. Z.; AMAR, Z. Giraffe: A Halakhically Oriented Dissection. *The Torah U-Madda Journal*, v. 11, 2002, p. 203-221.